

Relatório de Histórico de Andamento de Atividades

PROTOCOLO

Identificador: 93f7d565-64d7-4706-85c4-371c22dd8760  
Protocolo: Processo Requerimento Nº 001484/2024  
Data: 22/01/2024 11:54:43  
Origem: BRASVIP SEGURANCA PRIVADA LTDA  
\*\*\* contatos indisponíveis \*\*\*  
Contato: BRASVIP SEGURANCA PRIVADA LTDA  
\*\*\* contatos indisponíveis \*\*\*  
Protocolador: MATEUS DE CASTRO  
Assunto: IMPUGNAÇÃO - LICITAÇÃO  
Detalhamento: IMPUGNAÇÃO

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

por ordem das atividades mais recentes

[versão completa](#)

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo MATEUS DE CASTRO 22/01/2024 11:54:57	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada



39.595.917/0001-11  
Nº 015/2024

Processo Nº: 7484 / 24  
Rubrica e Fls: 03

**MARCO  
ALENCAR E  
SILVA:8768  
3075787**

Assinado digitalmente por MARCO  
ALENCAR E SILVA #7683075787  
DN: CN=, C=BR, OU=CPA-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RS-eCfE AT: DN=LEIA UIRANGO, CN=20116636000114, OU=Presidencia, CN=MARCO  
ALENCAR E SILVA #7683075787  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Data Atualizada: 2024.01.19 12:15:10-0300'

**Brasvip Seguranca Privada LTDA – CNPJ: 39595.917/0001-11**  
Rua Acácio Novais Pinheiro, nº 43, Centro, São Joao de Meriti/RJ, Cep: 25.515-090  
Contato@grupobrasvip.com.br – Tel.: (21) 4106-3353



# BRASVIP

BRASVIP SEGURANCA PRIVADA LTDA  
Ofício

39.595.917/0001-11  
Nº 015/2024



## II – FUNDAMENTOS DA IMPUGNAÇÃO

Os princípios que regem as licitações públicas vem esculpidos no artigo 37, da Constituição Federal de 1988, bem como na Lei 14.133/21, com destaque a supremacia do interesse público pela **BUSCA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA**, bem como pelo princípio da razoabilidade e proporcionalidade na Constituição Federal de 1988 e no art. 2º da Lei nº 9.784/1999, a qual, em seu art.2º, preceitua que a Administração Pública obedecerá, dentre outros, ao princípio da razoabilidade e da proporcionalidade pressupõe a eficácia da aplicabilidade da norma com **EQUIVALÊNCIA ENTRE O MÉTODO ADOTADO E OS CRITÉRIOS QUE A DIMENCIONA**, bem como da **PROPORCIONALIDADE** preconizado no artigo art. 5º, LIV, assegurando e limitando o poder público de atuar de forma abusiva.

## III – ATIVIDADE DE SEGURANÇA DESARMADA E AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO EXPEDIDA PELA POLÍCIA FEDERAL

O edital do Pregão Eletrônico 276/2023 da Prefeitura Municipal de Queimados deixou de exigir, como habilitação técnica, a autorização de funcionamento expedida pelo Departamento de polícia Federal para as empresas que exercem a atividade de vigilância, conforme preceitua o artigo 14 da Lei 7.102/83 e portaria DPF 18.045/23. Entretanto, o item 4.2.2 do Apêndice B Lote 02 “Apoio a Segurança Não Armada” exige que os vigilantes tenham a CNV (carteira nacional de vigilante) expedida pelo DPF. Ocorre que o texto contido no edital permite que qualquer licitante possa participar do certame, desde que atenda os outros requisitos do edital e que contrate vigilante com CNV, muito embora **a legislação em vigor somente permita que a atividade em questão seja exercida por empresas que possuam autorização de funcionamento expedida pelo Departamento de polícia Federal.**

Tal equívoco não ocorreu em relação à prestação de serviço de bombeiro civil, vez que o edital segue a norma e, no item 4.4 do Apêndice A Lote 01 “Bombeiro Civil – Brigada de Incêndio” exige que as empresas cumpram a resolução CBMERJ versando sobre o assunto (Resolução SEDEC nº 31, de 10-01-2013).

Assim, não resta alternativa que não seja a retificação do Edital do Pregão Eletrônico 26/2023,

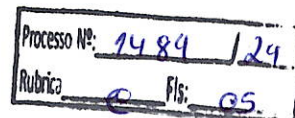




# BRASVIP

BRASVIP SEGURANCA PRIVADA LTDA  
Ofício

39.595.917/0001-11  
Nº 015/2024



para que seja incluída a exigência de Autorização de Funcionamento expedida pelo DPF para empresas privadas que exerçam a atividade de segurança desarmada, conforme Lei 7.102/83 e portaria DPF 18.045/23.

São João de Meriti, 18 de janeiro de 2024

**MARCO  
ALENCAR E  
SILVA:8768307  
5787**

Assinado digitalmente por MARCO  
ALENCAR E SILVA:87683075787  
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da  
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e  
-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=  
29118636000114, OU=presencial, CN=  
MARCO ALENCAR E SILVA:87683075787  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2024.01.18 17:14:42-03'00'  
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.0

BRASVIP SEGURANCA PRIVADA LTDA

CNPJ: 39.595.917/0001-11

Marco Alencar e Silva – Administrador

CPF: 876.830.757-87

Comissão de Pregão I

**DESPACHO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 276/2023**


Processo Licitatório nº: 22.400/2023

Processo de Impugnação nº: 1.484/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para a contratação de empresas especializadas para os serviços de: Bombeiro Civil – Brigada de Incêndio para eventos, Apoio a Segurança Não Armada para eventos, Locação de Banheiro Químico e Lavatório Portátil para eventos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade e da Secretaria Municipal de Cultura.

IMPUGNANTE: BRASVIP SEGURANCA PRIVADA LTDA – CNPJ sob o nº 39.595.917/0001-11.

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa BRASVIP SEGURANCA PRIVADA LTDA, com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/ 2023, Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico nº 276/2023.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 016, de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que cria a Comissão de Pregão I, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão. 

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

**I. DAS PRELIMINARES**

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das

Comissão de Pregão I

exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

## II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

05. Em síntese, alega a Impugnante que os princípios que regem as licitações públicas vem esculpidos no artigo 37, da Constituição Federal de 1988, bem como na Lei 14.133/21, com destaque a supremacia do interesse público pela BUSCA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA, bem como pelo princípio da razoabilidade e proporcionalidade na Constituição Federal de 1988 e no art. 2º da Lei no 9.784/1999, a qual, em seu art.2º, preceitua que a Administração Pública obedecerá, dentre outros, ao princípio da razoabilidade e da proporcionalidade pressupõe a eficácia da aplicabilidade da norma com EQUIVALÊNCIA ENTRE O MÉTODO ADOTADO E OS

CRITÉRIOS QUE A DIMENCIONA, bem como da PROPORCIONALIDADE preconizado no artigo art. 5º, LIV, assegurando e limitando o poder público de atuar de forma abusiva.

## III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

06. Em face do exposto, requer:

A) Encaminhar a presente Impugnação a Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade e da Secretaria Municipal de Cultura, bem como ao Setor Jurídico para parecer acerca dos apontamentos feitos acima, sobre os quais pugna manifestação;

B) No mérito, retificar o edital, de modo que seja incluída a exigência de Autorização de Funcionamento expedida pelo DPF para empresas privadas que exerçam a atividade de segurança desarmada, conforme Lei 7.102/83 e portaria DPF 18.045/23

## IV. DO MÉRITO

07 - Ante o exposto, submeto as razões da impugnante aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor



Comissão de Pregão I  
requisitante do objeto licitado, após análise, o processo seja encaminhado à Procuradoria  
Geral do Município.

Informo que a licitação em tela se encontra marcada para o dia 24 de janeiro de 2024  
e, caso necessário, será suspensa *Sine die*, para melhor análise da impugnação interposta.

Nova Friburgo, 22 de janeiro de 2024.

  
**LEONARDO GABRIG PEIXOTO**  
Pregoeiro – Comissão de Pregão I  
Matricula: 206.934



INFORMAÇÃO	
<b>Resposta ao PA</b>	1.484/2024
<b>Data:</b>	22 de janeiro de 2024
<b>De:</b>	Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade
<b>Assunto:</b>	Impugnação

À Procuradoria Municipal

Encaminho à Douta Procuradoria Municipal o Processo Administrativo de Impugnação referente ao Edital de Licitação 276/2023, que foi apresentado pela empresa BRASVIP SEGURANÇA PRIVADA LTDA.

Após uma análise criteriosa, nossa especializada entende que o questionamento levantado pela impugnante é relevante, respaldado por fundamentos legais consistentes apresentados no processo, especificadamente pela Portaria DPF 18.045/2023, Art. 1º. Diante disso, estamos inclinados a acatar a sugestão de retificação do edital, a fim de assegurar a conformidade com as normativas vigentes e promover a lisura do certame.

Contudo, reconhecendo a expertise da Douta Procuradoria Municipal na interpretação e aplicação do ordenamento jurídico, gostaríamos de submeter o processo à sua análise e parecer. A contribuição desta Procuradoria será de fundamental importância para garantir que as modificações propostas estejam em total consonância com as normas vigentes.

Solicitamos, portanto, que analise o presente processo administrativo, emitindo parecer acerca da viabilidade e legalidade das alterações propostas.

  
Ozório Jr. Tardin  
PMNF MAT: 100.022  
SUBSECRETÁRIO DE EVENTOS

Renan da Silva Alves  
Secretário Municipal de Turismo e Marketing da Cidade  
Mat.: 062.790





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL  
DO MUNICÍPIO

PROCESSO N° 1484  
DIA 23/01/2024  
Folhas N° 10 Rubrica B

Processo: 1484/2024

Requerente: BRASVIP Segurança Privada Ltda.

Assunto: Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 276 de 2023 - Processo Licitatório n. 22400/2023

## I - DO RELATÓRIO

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa requerente acerca do Edital do Pregão Eletrônico n. 276 de 2023 - Processo Licitatório n. 22400/2023, que tem por objeto licitar a melhor proposta para a contratação, via registro de preços, de empresa especializada para os serviços de Bombeiro Civil - brigada de incêndio para eventos, apoio à segurança não armada para eventos, locação de banheiro químico e laboratório portátil para eventos.

Em síntese, a recorrente afirma às fls. 03/05 que o edital deixou de exigir, como requisito de habilitação, a autorização de funcionamento expedida pelo Departamento de Polícia Federal para as empresas que exercem a atividade de vigilância, conforme preceitua o artigo 14 da Lei n. 7.102/83 e portaria DPF 18.045/23.

A Comissão de Pregão I, em manifestação de fls. 06/08, encaminhou os autos à Secretaria Municipal de Turismo para pronunciamento de ordem técnica.

A Secretaria Municipal de Turismo, em manifestação de fls. 09, afirma que, após uma análise criteriosa, entende que o questionamento levantado pela impugnante é relevante, respaldado por fundamentos legais consistentes, especificamente pela Portaria DPF 18.045/2023, art. 1º, motivo pelo qual opina pelo acatamento da sugestão de retificação do edital a fim de assegurar a conformidade com as normativas vigentes e prover a lisura do certame.

Por fim, os autos foram encaminhados a esta Procuradoria para análise da legalidade.

É o relatório.



## II - DOS FUNDAMENTOS

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação apresentada em 22/01/2024 é tempestiva, em conformidade com o art. 164, parágrafo único da Lei n. 14.133/2021, tendo em vista que a realização do Pregão estava marcada para 24/01/2024.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.

Pois bem. Conforme disposição legal, cabe ao Pregoeiro a análise e decisão das impugnações, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

Nesse sentido dispõe o art. 16 da IN n. 73/2022:

*Art. 16. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma prevista no edital de licitação.*

*§ 1º O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até três dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.*

*§ 2º A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir, nos autos do processo de licitação.*

*§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados no art. 17.*

*§ 4º As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do órgão ou da entidade promotora da licitação e no sistema, dentro do prazo estabelecido no § 1º, e vincularão os participantes e a Administração.*

Neste ponto, verifica-se que a Comissão de Pregão I recebeu a impugnação, eis que preenchidos os requisitos de admissibilidade, encaminhando os autos à Secretaria Municipal de Turismo para pronunciamento de ordem técnica.





Como sabido, as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos, escolha da modalidade licitatória, critério de julgamento e pesquisa de mercado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais ao objeto licitado, bastando que esteja dentro da legalidade.

Por se tratar de matéria estritamente técnica referente ao objeto a ser licitado, cabe à Secretaria Municipal de Turismo a análise, que é a secretaria requisitante, considerando que a Procuradoria não possui expertise sobre a matéria, não podendo opinar sobre qualquer questão técnica referente ao objeto do certame, mas tão somente sobre os aspectos jurídico-legais impugnados.

Neste ponto, verifica-se que a Secretaria Municipal de Turismo, em manifestação de fls. 09, respondeu a impugnação, reconhecendo a relevância do questionamento e a necessidade de dar provimento à impugnação.

De fato, verifica-se que a Lei n. 7.102/1983, que estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância, dentre outras finalidades, estabelece a autorização de funcionamento como condição essencial para que tais empresas especializadas operem nos Estados e Distrito Federal, vejamos:

*“Art. 14 - São condições essenciais para que as empresas especializadas operem nos Estados, Territórios e Distrito Federal:*

*I - autorização de funcionamento concedida conforme o art. 20 desta Lei; e*

*II - comunicação à Secretaria de Segurança Pública do respectivo Estado, Território ou Distrito Federal”.*

*“Art. 20. Cabe ao Ministério da Justiça, por intermédio do seu órgão competente ou mediante convênio com as Secretarias de Segurança Pública dos Estados e Distrito Federal: (Redação dada pela Lei nº 9.017, de 1995)*

*I - conceder autorização para o funcionamento:*

*a) das empresas especializadas em serviços de vigilância;*

*b) das empresas especializadas em transporte de valores; e*

*c) dos cursos de formação de vigilantes;”.*

No mesmo sentido, a Portaria n. 18.045, de 17 de abril de 2023, que disciplina as atividades de segurança privada, armada e desarmada, prevê a necessidade de autorização para as atividades de segurança privada:





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

PROCESSO N.º 14.24  
DIA 23/01/2021

Processo N.º 13 Rubrica 8  
**PROCURADORIA GERAL  
DO MUNICÍPIO**

*Art. 1º Disciplinar as atividades de segurança privada, armada e desarmada, desenvolvidas por empresas especializadas, por empresas que possuem serviço orgânico de segurança e por vigilantes que atuam nas empresas especializadas e nas empresas que possuem serviço orgânico de segurança, bem como regular a fiscalização dos Planos de Segurança dos estabelecimentos financeiros.*

*§ 1º As atividades de segurança privada são:*

*I - autorizadas, controladas e fiscalizadas pela Polícia Federal; e*

*II - complementares às atividades de segurança pública nos termos da legislação específica.*

*§ 2º A política de segurança privada envolve a administração pública e as classes patronal e laboral, observados os seguintes objetivos:*

*I - dignidade da pessoa humana;*

*II - segurança dos cidadãos;*

*III - prevenção de eventos danosos e diminuição de seus efeitos;*

*IV - aprimoramento técnico dos vigilantes; e*

*V - estímulo ao crescimento das empresas que atuam no setor de segurança privada.*

A jurisprudência também milita neste sentido, conforme acórdão prolatado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), em que a União recorreu ao tribunal contra a sentença que entendeu que, por não utilizar armamento, a empresa não precisaria ser submetida ao poder de polícia exercido pela PF, uma vez que a Lei 7.102/83 seria restrita à vigilância em estabelecimentos financeiros e a serviços de transporte de valores.

Por maioria, a corte decidiu que a Lei 7.102/83 deve ser interpretada de forma mais ampla. Segundo o relator do acórdão, desembargador federal Cândido Alfredo Silva Leal Júnior, o texto legal não emprega o uso ou não de arma de fogo como critério para submeter a atividade à fiscalização especial da PF, além do que o artigo 10 da Lei 7.102/83 amplificou o conceito de 'serviço de segurança privada', amplificando-o para além da vigilância bancária e transporte de valores, afirmando que "O entendimento de que as seguranças residencial e comercial sem utilização de armamento estariam à margem da lei além de ir contra os termos da própria lei, esvazia o seu sentido atual".

Vale colacionar na íntegra o teor do referido Acórdão:

*DIREITO ADMINISTRATIVO. EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA. VIGILÂNCIA DESARMADA. NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL PARA FUNCIONAMENTO. LEI 7.102/1983.*





1. A redação atual da Lei 7.102/83, que disciplina a atividade das empresas de segurança privada, é assistemática, apresentando conceitos sobrepostos e exigindo do intérprete grande esforço para apreender seu sentido e perceber alguma classificação que a lei tenha estabelecido para as diversas modalidades de serviços de segurança privada que sabemos podem ser oferecidas. De qualquer sorte, o texto legal não emprega o uso ou não de arma de fogo como critério para submeter a atividade à fiscalização especial da Polícia Federal. O art. 20 da Lei, por sua vez, estabelece a necessidade de autorização do Ministério da Justiça para funcionamento de 'empresas especializadas em serviços de vigilância', sem definir, contudo, o que sejam essas empresas. Assim, se a jurisprudência dominante se tem valido do uso ou não de arma de fogo na prestação do serviço de segurança para definir a necessidade ou não de autorização da Polícia Federal para funcionamento da empresa, esse critério certamente não emergiu diretamente do texto da lei.
2. O caráter assistemático do texto atual da Lei 7.102/83 é fruto de um processo de alargamento das atividades por ela disciplinadas ocorrido no início da década de 1990, em decorrência dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito instalada na Câmara de Deputados para investigar o extermínio de crianças e adolescentes, que funcionou entre 1991 e 1992, e que apurou a participação, nesse fenômeno, de empresas de segurança privada. Essas empresas, antes limitadas à vigilância bancária e à segurança no transporte de valores, atividades especificamente reguladas pela redação original da Lei 7.102/83, haviam expandido sua atuação para outras áreas, como segurança de estabelecimentos comerciais e de condomínios residenciais e segurança pessoal, em decorrência da insuficiência dos serviços de segurança pública.
3. A resposta do Poder Público à expansão desordenada das empresas de segurança privada foi disciplinar com rigor essas atividades, inserindo-as no regramento da Lei 7.102/83. Para tanto, a redação da lei foi alterada pela Lei 8.863/94, gestada nos debates parlamentares que se seguiram à CPI do extermínio de crianças e adolescentes.
4. Essa ampliação do espectro de atividades alcançadas pela Lei 7.102/83 foi obtida com a alteração substancial do seu art. 10, introduzindo na lei o conceito de 'serviço de segurança privada', conceito amplo que engloba, além da vigilância bancária e do transporte de valores, a segurança pessoal, residencial e de estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviço, entidades sem fins lucrativos e órgãos e empresas públicas.
5. A introdução das outras atividades de segurança que não a vigilância bancária e o transporte de valores na disciplina da Lei 7.102/83, inclusive quanto à sujeição à fiscalização da Polícia Federal, fica evidenciada quando a Lei 8.863/94 redefiniu a figura do 'vigilante' que, com a nova redação conferida ao art. 15 daquela lei, passou a ser também quem exerce a atividade de segurança pessoal, residencial e de estabelecimentos comerciais, e não só quem cuida da segurança de instituições financeiras e de transporte de valores. O vigilante, segundo o art. 17 da lei, ressalte-se, deve ter prévio registro no Departamento de Polícia Federal.
6. É difícil sustentar-se que a empresa que presta serviço de segurança privada (mesmo que desarmada) para estabelecimentos comerciais e residências, mediante empregados qualificados na lei como 'vigilantes', não seja considerada 'empresa especializada em serviço de vigilância', e por isso não se enquadre na regra do art. 20 da Lei 7.102/83, que prevê necessidade de autorização da Polícia Federal para o funcionamento desse tipo de empresa.
7. Por outro lado, a regra do § 4º do art. 10 da Lei 7.102/83 não resolve em nada a controvérsia acerca da necessidade ou não de registro das empresas de segurança na Polícia Federal, pois o comando não é dirigido a esse tipo de empresa, e sim àquela que, dedicando-se a atividade que não seja segurança (v.g., um supermercado), mantém empregados para essa função.





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

PROCESSO N° 14.84

DIA 23 DE 10 DE 2024

Fls. N° 15 Rubrica 8  
**PROCURADORIA GERAL  
DO MUNICÍPIO**

8. O entendimento de que estariam à margem das disposições da Lei 7.102/83 as empresas que prestam serviço de segurança residencial e a estabelecimentos comerciais sem a utilização de armamento, além de ir contra os termos da própria lei (que não emprega o uso ou não de arma de fogo no serviço de segurança como critério para submeter a atividade à fiscalização especial da Polícia Federal), esvazia seu sentido atual. Uma interpretação mais complacente da lei se justificaria se vivenciássemos um quadro social completamente diverso daquele em que ela foi editada, a exigir do intérprete uma nova leitura da norma, conforme a realidade atual. Mas o que se pode ver é a permanência, senão o agravamento, de um quadro social que exige severa fiscalização estatal sobre empresas e pessoas que exercem profissionalmente atividade de segurança privada, tal qual aquele verificado no início da década de 1990, quando se instalou a CPI do extermínio de crianças e adolescentes e se decidiu pelo alargamento da abrangência lei. Estamos diante de um quadro em que a violência contra a pessoa permeia o cotidiano da sociedade, resultado da expansão da criminalidade organizada e violenta, marcado pelas disputas entre facções criminosas, inclusive com execuções em áreas públicas, e pelos cada vez mais frequentes episódios de 'justiçamento'. A demanda por segurança cresce e, com ela, se multiplicam os empreendimentos que oferecem segurança privada, diante da notória insuficiência dos recursos estatais.

9. Não parece prudente, data maxima venia, interpretar a lei de forma que nos conduza ao afrouxamento dos mecanismos de fiscalização sobre as empresas de segurança, trabalhem seus agentes portando arma de fogo ou não. Esse afrouxamento pode estimular a confusão e o entrelaçamento entre as órbitas da segurança pública e da segurança privada, seja pelo direcionamento e concentração dos serviços públicos de segurança para determinados grupos privados, seja pela formação de grupos privados paramilitares que se alçam à condição de garantes da segurança das populações desprotegidas. Já temos nesse mercado distorções importantes, como a participação de agentes das polícias locais nas atividades de empresas de segurança privada, fazendo os chamados 'bicos'. Na outra ponta, a pior delas, a formação das milícias. Nesse quadro, é importante (aliás, como previsto na lei) a presença da fiscalização federal, normalmente mais distante e menos permeável às pressões e influências dos grupos de interesses locais, que poderiam levar àquele indesejado entrelaçamento entre a esfera pública e a privada.

10. Em conclusão, devem prevalecer as disposições legais contidas no art. 20, c/c art. 10, §§ 2º e 3º, da Lei 7.102/83, que prevêm a necessidade de autorização da Polícia Federal para o funcionamento das empresas de segurança privada que se dediquem a prestar segurança pessoal, a eventos e a estabelecimentos comerciais ou residências, independentemente do serviço ser prestado por agentes armados ou não.

#### ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por maioria, vencido o relator, dar provimento à apelação da União e à remessa oficial, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Porto Alegre, 20 de outubro de 2015.

Com efeito, tratando-se de condição essencial para o funcionamento das empresas de segurança privada, deve ser inserida no edital como requisito de habilitação.

Portanto, no entender desta especializada jurídica, assiste razão à requerente, devendo ser dado provimento à impugnação.





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL  
DO MUNICÍPIO

PROCESSO N.º 1484

DIA 23/01/2024

Folhas N.º 06 Rubrica 12

### III - DA CONCLUSÃO

Pelo exposto, **opina-se pela remessa dos autos à Secretaria de Turismo** para ciência, manifestação e decisão final, com a adoção das providências que entender cabíveis.

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas ao tema sob consulta, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, que poderá decidir de forma diversa, desde que devidamente justificada, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

Nova Friburgo, 23 de janeiro de 2024.

Layne de Andrade Alves  
Coordenadora de Nível Superior Jurídico  
de Processos Administrativos  
Matr. 62.773

  
Carlos Eduardo V. N. da Veiga  
Subprocurador de Processos  
Administrativos  
Matricula 63347



Processo Administrativo: Nº 1484/2024

Objeto: Contratação de empresas especializadas para os serviços de: Bombeiro Civil – Brigada de Incêndio para eventos, Apoio a Segurança Não Armada para eventos, Locação de Banheiro Químico e Lavatório Portátil para eventos.

À Comissão de Pregão I

A Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade vem por meio deste informar que, após análise e emissão de parecer da Procuradoria Geral do Município, acatamos a sugestão de retificação do edital.

Informo ainda que no Anexo V (Apêndice B) foi adicionado o item 4.4, fls. 387 do Processo Administrativo 22400/2023. Este item assegura a conformidade com as normativas vigentes para contratação de segurança não armada.

Nova Friburgo/RJ, 24 de janeiro de 2024

Renan da Silva Alves  
Secretário de Turismo  
Mat: 062.790